



Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade
<http://www.cecs.uminho.pt>

Informação Internacional: Esboçando Linhas de Fronteira*

Helena Sousa
Professora Associada
helena@ics.uminho.pt

Universidade do Minho
Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade
Campus de Gualtar
4710-057 Braga
Portugal

* Sousa, H. (2003) *Informação Internacional: Esboçando Linhas de Fronteira* in *Cadernos do Noroeste, Série História*, nº 3, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho.

Informação Internacional: Esboçando linhas de fronteira

Resumo: Se a Informação Internacional, enquanto área de saber, está intimamente ligada ao campo mais amplo dos Estudos da Comunicação, ela não deve, na nossa opinião, afastar-se das Teorias das Relações Internacionais. Na leitura que fazemos desta disciplina, o campo da Comunicação assume-se como o seu local de nascimento e de desenvolvimento, mas consideramos que a Informação Internacional adquire uma maior legibilidade se lançar uma âncora segura às Relações Internacionais. Este artigo procura esboçar algumas dimensões das linhas de fronteira deste sub-campo, recorrendo ao profícuo corpo teórico das Relações Internacionais. Mais do que explicar ao leitor o que é hoje a Informação Internacional, este trabalho pretende percorrer a literatura convencional desta disciplina, articulando-a com o Debate Inter-Paradigmático das Relações Internacionais.

Abstract: International Information as a research area is closely linked to the broader field of Communication Studies. Indeed, this field might be perceived as the birth place of International Information as a discipline. However, we believe that International Relations perspectives can be highly relevant if one is to develop a deeper understanding of International Information today. This article intends to shed some light over the invisible frontiers of this sub-field, paying particular attention to the prolific International relations literature. It is not our purpose to tell readers what International Information is at present but to put forward dimensions of the conventional International Information literature in articulation with the International Relations Inter-paradigmatic debate.

Résumé: Si l'Information Internationale, comme champ de savoir, est étroitement liée au champ plus vaste des Études de la Communication, elle ne devra pas, à notre avis, s'éloigner des Théories de Relations Internationales. Dans notre lecture de cette discipline, le champ de la Communication s'inscrit comme son lieu d'origine et de développement. D'autre part, l'Information Internationale conquerra plus de légibilité si elle s'ancre aux Relations Internationales. Plus que expliquer au lecteur ce que l'Information Internationale est aujourd'hui, cet article prétend parcourir la littérature conventionnelle de cette discipline, en l'articulant avec de Débat Inter-Paradigmatique des Relations Internationales.

I Incursão inicial pelas linhas de fronteira

Procurar traduzir a complexidade da literatura sobre a informação internacional é bem distinto de ter a pretensão de desenvolver um quadro legível da informação internacional nos nossos dias. Aliás, podemos mesmo interrogarmo-nos se faz hoje sentido continuar a falar de Informação Internacional. A intensificação do desenvolvimento das telecomunicações e das novas tecnologias da comunicação não terá já tornado obsoleta a noção de «inter-nacional» e, conseqüentemente, de Informação Internacional? As distinções entre informação local, regional, nacional e internacional manterão relevância num mundo cada vez mais pequeno? Como continuaremos a imaginar as

fronteiras territoriais perante as crescentes manifestações do processo de globalização? Não estará a progressiva integração económica e cultural a exigir outros instrumentos analíticos? Num mundo de rápidas e profundas mudanças, teremos condições mínimas para produzir conhecimento capaz de manter pertinência e actualidade?

Antes de nos preocuparmos em responder a estas questões, consideremos alguns dados referidos no Relatório do Desenvolvimento Humano 2001 do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD):

- Em 2001, pode ser enviada mais informação por segundo num único cabo do que aquela que era enviada, através da Internet, durante um mês no ano de 1997.
- O custo de transmissão de um trilião de bits de Boston para Los Angeles era, em 1970, de 150,000 dólares, sendo hoje de 12 cêntimos.
- A Internet cresceu exponencialmente: de 16 milhões de utilizadores em 1995 passou para mais de 400 milhões em 2000. Prevê-se que, em 2005, mil milhões de pessoas utilizem a Internet.

(www.undp.org/hdr2001/)

Estes elementos não nos alertam apenas para a velocidade de transformação da informação internacional, mas também para as dificuldades óbvias de acompanhamento por parte dos autores que trabalham neste âmbito. O actual momento de aceleração das mudanças parece, de facto, ímpar na história das comunicações, mas não será – apesar de tudo - pela inevitável falta de actualidade dos dados referidos no corpo de literatura que se torna menos relevante fazer uma análise atenta da produção científica. Partir da literatura para os factos parece-nos (ainda) o caminho mais seguro para extrair sentido da imensidão de dados apresentáveis numa disciplina de informação internacional.

A Informação Internacional compreende, de facto, uma enorme diversidade temática e metodológica. De acordo com Mowlana (1997: 6-7), nos últimos 50 anos, quatro perspectivas genéricas têm marcado a actividade de académicos, governos e outros actores envolvidos na informação internacional.

A primeira é a **idealista-humanista** que caracteriza a informação internacional como um meio para aproximar as nações e os povos. A informação internacional contribuiria para uma mais eficiente prestação de serviços das organizações-não-governamentais (ONG's), para o melhor entendimento entre as nações e os povos e para a manutenção da paz mundial. Uma segunda perspectiva vê a informação internacional como **propaganda**, confrontação ideológica, publicidade, criação de mitos

e de clichés. Este tipo de comunicação pressupõe unidireccionalidade e requer a gestão centralizada de mecanismos de produção e de distribuição da informação. Esta visão remete para sistemas autoritários ou mesmo totalitários. Durante décadas, esta forma de pensar a informação internacional dominou as relações entre vários países. A terceira leitura, cada vez mais dominante, consiste em pensar a informação internacional como **expressão do poder económico**. Neste âmbito, o seu papel é mais subtil, a sua mensagem mais subliminar. Ainda que abertamente a informação internacional assuma formas de projectos de desenvolvimento, comércio, marketing, transferência de tecnologia, etc., estes processos resultariam no domínio dos países pobres e das periferias pelos países ricos ou centros de poder económico. Esta ocidentalização ou homogeneização traduz-se na progressiva aceitação pelas comunidades indígenas de produtos informativos e formas de comportamento característicos dos países ricos. Por último, a quarta perspectiva analisa a informação internacional como **expressão do poder político**. Neste caso, a informação não é considerada pelo seu valor económico, mas pelo peso político, pela força que conquista um país quando surge como actor dominante nos processos de produção e de distribuição da informação.

Mowlana (1997) distingue estas quatro grandes linhas de pensamento no campo da informação internacional no último meio século. Todavia, em rigor, estas formas de olhar a informação internacional podem ser sintetizadas em apenas duas: uma perspectiva positiva e plena de esperança relativamente às potencialidades da informação que atravessa as fronteiras nacionais e uma perspectiva negativa e céptica quanto às motivação que levam indivíduos, governos, empresas e ONG's a estabelecer pontes para além dos seus espaços territoriais. Apresentadas como tal simplismo, tanto a perspectiva idealista como as perspectivas manipuladoras da informação internacional não respondem hoje (nem teriam respondido no passado) a uma análise qualificada do processo de internacionalização da informação e à extraordinária complexidade do panorama informativo internacional.

Entendemos que o sub-campo da Informação Internacional tem tido mais vigor do que a sucinta exposição das quatro linhas de pensamento deixa transparecer. A partir dos anos 70, esta área afirmou-se essencialmente através da análise dos fluxos informativos internacionais (agências noticiosas e produtos audiovisuais), do estudo de sistemas mediáticos de países autoritários (do então chamado Terceiro Mundo e dos países de Leste) e da comparação de sistemas e estruturas. Hoje, podemos afirmar que esta área de estudo incorpora novos temas ou novas formas de pensar

velhas problemáticas. A atenção à cultura, nas suas dimensões regional, local e étnica, transformou-se numa dimensão de grande relevo. A antiga questão dos fluxos informativos passou a ser acompanhada pela reflexão relativa às identidades e ao impacte desses mesmos fluxos na construção e/ou desenvolvimento de uma consciência comum. A tentativa de identificar ou reflectir sobre novas fronteiras económicas, sociais, culturais, identitárias e mesmo geográficas tem levado inúmeros autores a desenvolver conceitos, tais como «esfera» ou «global», que parecem responder de uma forma mais sofisticada aos desafios da actualidade.

A dificuldade óbvia em definir as fronteiras do sub-campo da Informação Internacional não nos deve impedir de apresentar conceitos operacionais para nos movimentarmos dentro da disciplina. Informação Internacional pode ser entendida como a informação que não se esgota nos planos nacional e local e que requer o apoio de instrumentos técnicos para veicular as mensagens. As comunicações internacionais são os meios que veiculam essa informação internacional, seja ela pública ou privada, individual, colectiva ou de massas. Ainda que a literatura anglo-saxónica utilize com mais frequência o conceito de *international communication* do que o de *international information*, neste artigo mantemos a designação de Informação Internacional. O conceito de comunicação remete-nos para níveis de análise com os quais não nos é agora possível trabalhar, tais como codificação e decodificação de mensagens, construção de sentido, padrões de consumo, condições sociais e culturais de recepção, desenvolvimento de públicos e audiências. Neste texto, a Informação Internacional corresponde essencialmente aos conteúdos com formatação que lhes permita viajar num espaço mais alargado do que o nacional. Das nossas preocupações, faz parte a produção e distribuição de produtos informativos, optando por excluir – por razões de espaço - as questões fundamentais que se colocam no âmbito da respectiva recepção e consumo.

Assim entendida, a designação de Informação Internacional continua a fazer sentido? Pensamos que sim, desde que seja feita uma adequada articulação e estabelecida uma complexa inter-conexão entre níveis tradicionalmente distintos: local, nacional, regional e mundial. Hoje, desde que disponha de recursos financeiros e de conhecimentos, qualquer indivíduo actua no palco da informação internacional. Através da Internet ou de um telefone-satélite, por exemplo, pode, em segundos, produzir e distribuir conteúdos para qualquer lugar do mundo onde exista equipamento terminal capaz de receber essa informação.

Para além do nível das comunicações pessoais, continua legível um nível de circulação de informação internacional que podemos denominar como colectiva e/ou de massas. Isto é, o facto de haver uma profunda mudança na forma como os indivíduos, instituições e empresas (essencialmente serviços e comércio) se apropriaram dos meios de informação internacional, não nos impede de aprofundar o registo da circulação de conteúdos informativos especialmente concebidos para serem consumidos colectivamente em espaços que ultrapassam as fronteiras tradicionais.

Apesar da fragilidade do exemplo, podemos considerar, a título de exercício, que há diferenças – em termos de objectivos e de conteúdos - entre a informação que a RTP produz e formata para consumo internacional, através dos canais *RTP Internacional* e *RTP África*, e a Informação que a RTP concebe e divulga para os seus públicos nacionais (continente) ou regionais (Madeira e Açores). Tal distinção não exclui a possibilidade de a informação concebida para um território nacional ultrapassar a fronteira territorial imaginada. É o caso da recepção e consumo de canais nacionais através de sistemas de distribuição de cabo ou de satélite ou mesmo através da distribuição involuntária do sinal de televisão terrestre de canais nacionais para países vizinhos. Olhando para o outro lado do Atlântico, podemos utilizar a CNN como um exemplo típico de um canal noticioso que se impôs pelo seu público externo. O facto de ser um canal global não implica que não possa ser consumido por públicos nos Estados Unidos e, evidentemente, também não significa que canais nacionais (CBS, ABC, NBC) não possam também ser vistos por públicos externos. Sublinhe-se, porém, que há lógicas diferenciadas ao nível do desenvolvimento dos canais com estratégias nacionais e dos canais com estratégias internacionais.

Tais fenómenos de diferenciação não se esgotam no audiovisual. Algumas rádios (*Serviço Mundial da BBC*, *Voz da América*, *Deutsche Welle*) e periódicos (*Le Monde Diplomatique*, *Herald Tribune*, *Time*, *Newsweek*, *Nouvel Observator*) continuam a não caber na dimensão local ou nacional. Não têm a sua audiência predominantemente circunscrita a um determinado país. Com as agências noticiosas, a questão não é diferente. Coexiste um conjunto alargado de agências locais, regionais e nacionais com as grandes agências globais (ex: Reuters, France Presse, Associated Press). Ainda que a literatura contemporânea acentue o eixo da convergência e da diluição, continua a fazer sentido – quanto mais não seja por razões de natureza metodológica e de definição clara de objecto de estudo – o reconhecimento de que há fluxos e respectivas estruturas que têm uma audiência restrita ao plano nacional/local e outros que têm audiências mais dispersas e geograficamente

distantes. A disponibilização de conteúdos locais e/ou nacionais na internet, acessíveis por qualquer pessoa com recursos tecnológicos em qualquer parte do mundo, introduz novas possibilidades do ponto de vista da sua caracterização, mas não os transforma, como num passe de mágica, em produtos globais.

Não ignorando a circulação da informação individual e privada que é hoje significativamente superior à informação colectiva ou de massas (seja ela pública ou privada), este artigo ocupa-se prioritariamente com conteúdos concebidos para grandes espaços e para públicos internacionais, bem como com os meios tecnológicos, legais, políticos e económicos que viabilizam a produção e circulação desses fluxos informativos. Uma vez que consideramos que o eixo da diluição não aniquila (apenas exige re-análise) as distinções entre local, nacional e internacional no que diz directamente respeito aos produtos informativos, o mesmo sucede em relação aos instrumentos económicos, políticos e reguladores que viabilizam a produção e distribuição desses produtos. O que se decide no plano internacional tem inter-conexões com os outros planos, mas não deixa, por isso, de se situar num nível distinto dos níveis local, nacional e regional.

II Elaborando sobre os pressupostos: A «Sociedade da Informação» e a «Globalização»

Os conceitos de «Sociedade da Informação» e de «Globalização» remetem-nos para uma dimensão que importa considerar no âmbito da Informação Internacional: a ideia de que vivemos hoje numa sociedade com características bem diferentes daquela em que viveram as gerações anteriores. Aparentemente esgotados os conceitos de capitalismo e pós-capitalismo, fordismo e pós-fordismo, industrialismo e pós-industrialismo, modernismo e pós-modernismo, socialismo, autoritarismo, entre outros «ismos», inúmeros cientistas sociais procuraram, na última década, desenvolver instrumentos analíticos alternativos (ainda que, por vezes, utilizados em complementaridade) para ler este «novo» mundo. Como estas noções de «Sociedade da Informação» e de «Globalização» estão directamente relacionadas com os pressupostos empíricos desta sub-área, entendemos que vale a pena determo-nos aqui por uns instantes.

Webster (1995: 7-26) considera que a ideia de que vivemos numa nova sociedade, numa «sociedade da informação», passa por cinco critérios de identificação: tecnológico, económico, ocupacional, espacial e cultural.

Começando pela dimensão *tecnológica*, a forma mais comum de definir a «Sociedade da Informação» dá uma grande ênfase à extraordinária inovação no campo das tecnologias. A ideia

base é a de que o desenvolvimento de conhecimentos em termos de processamento, armazenamento e transmissão faz com que as tecnologias da informação sejam aplicadas virtualmente em todos os níveis das sociedades actuais (casa, escola, lojas, escritórios, fábricas, bancos, etc.). Versões mais sofisticadas da transformação da sociedade em «Sociedade da Informação» dão particular atenção à convergência e ao estabelecimento e multiplicação de redes de comunicação avançadas em todos os sectores.

O critério *económico* tem sido também utilizado para justificar a emergência de um novo tipo de sociedade. Vários autores (Machlup, 1962 e Porat, 1977, 1978 *in* Webster, 1995) procuraram medir a «Sociedade da Informação» em termos económicos. Trabalhando com diversas categorias, estimaram a contribuição das indústrias da informação/conhecimento para o Produto Nacional Bruto dos Estados Unidos. Porat, por exemplo, concluiu que esta contribuição se situava ao nível dos 46% e que, por isso, os Estados Unidos poderiam ser considerados uma «Sociedade da Informação». Ainda que este trabalho de quantificação do peso da informação nas economias nacionais seja notável, não deixam de ser altamente problemáticos os processos de construção das categorias e de tomadas de decisão relativamente ao que deve ser incluído e excluído do sector da informação.

Outra forma de avaliar a emergência de uma «Sociedade da Informação» é através da análise da transformação *ocupacional*. A ideia é a de que viveremos numa «Sociedade da Informação» quando a maior parte das pessoas tiverem empregos relacionados com a informação. Isto é, haverá uma «Sociedade da Informação», quando o número de professores, advogados, profissionais de serviços, agentes culturais, etc. constituírem um número superior aos agricultores, operários, etc. Parece, de facto, óbvio que as profissões que exigem grandes esforços físicos estão em declínio, enquanto que as profissões que solicitam competências ao nível da manipulação de dados e da informação estão em claro crescimento.

A concepção espacial da «Sociedade da Informação» contém no seu âmago a noção distintamente geográfica de «espaço». Esta concepção coloca uma ênfase clara nas redes de informação que ligam locais distantes e que, conseqüentemente, têm um efeito profundo na organização do tempo e do espaço. Goddard (*in* Webster, 1995: 18-19) identifica quatro elementos inter-relacionados na transição para uma «Sociedade da Informação»: i) a informação começa a ocupar o lugar central como «recurso estratégico fundamental», da qual depende a organização da economia mundial; ii) os computadores e as tecnologias da informação constituem a infra-estrutura que permite o

processamento e a distribuição da informação numa escala historicamente nova e que possibilita o comércio e a gestão de questões políticas no plano global e em tempo real; iii) a comercialização da informação tem tido um extraordinário crescimento, nomeadamente os serviços relacionados com os novos media (satélite, cabo, vídeo) e os serviços on-line; iv) a crescente informatização da economia está a facilitar a integração das economias nacionais e regionais, tornando-se verdadeiramente global devido à rapidez de processamento e de transmissão da informação.

A última dimensão da «Sociedade da Informação» de que nos fala Webster (1995) é a *cultural*. Esta será provavelmente a dimensão mais referida, mas de mais difícil apreensão. É possível constatar, no dia-a-dia, que tem havido um crescimento extraordinário de informação acessível a grande parte dos cidadãos. As sociedades contemporâneas dispõem de mais informação do que alguma vez esteve disponível ao conjunto das gerações anteriores. A saturação do ambiente simbólico, através dos media, faz com muitos considerem que estamos perante uma «Sociedade da Informação».

Mais do que identificar as potencialidades e fraquezas dos discursos que compõem a ideia da emergência de uma nova sociedade (Bell, 1976; Castells, 1999) e dos que colocam a sua ênfase na continuidade e não na ruptura (Schiller, 1976; Habermas, 1962, edição de 1989; Giddens, 1987 e 1990; e Garnham, 1990), importa reconhecer que existe um importante debate sobre a natureza e as características fundamentais da sociedade actual e do papel da informação e dos media na reconfiguração dessa sociedade nacional e/ou global. Não temos, neste artigo, a pretensão de debater se a intensificação do desenvolvimento das telecomunicações e das novas tecnologias da comunicação implica, ou não, uma ruptura com o passado. Mas consideramos que deve ser explícito para o leitor que, independentemente de constituir ou não uma ruptura com o passado, é nosso entendimento que há, de facto, uma extraordinária aceleração ao nível do desenvolvimento das tecnologias da comunicação com sérias implicações ao nível da produção, distribuição e consumo dos produtos informativos e mediáticos (também) no plano internacional.

O conceito de «globalização» coloca outro tipo de problemas e questiona a própria noção de sociedade, tão cara à maior parte dos cientistas sociais. Num mundo cada vez mais globalizado ou integrado, o principal objecto de estudo do sociólogo, a sociedade, precisa de ser repensado. A ambição de compreender o mundo na sua totalidade tem pertencido às Teorias das Relações Internacionais, enquanto os sociólogos se têm ocupado tradicionalmente com a vida social humana, grupos e sociedades. Tal (suposta) separação disciplinar parece resistir com (alguma) dificuldade e

a noção de global, com todas as suas potencialidades e problemas, não deixa de ser uma entrada conceptual útil para a leitura das sociedades, do mundo e das suas respectivas e inter-ligadas (de)ordens.

Partindo de uma base sociológica convencional, Giddens serve-se do conceito de globalização para pensar o Estado e o sistema mundial. Este sociólogo (1987 e 1990) vê a globalização como uma consequência da modernidade e como fruto das transformações das relações sociais. Para Giddens, a globalização corresponde à intensificação das relações sociais globais que ligam comunidades distantes, de tal modo que aquilo que acontece nas comunidades locais é formatado (*shaped*) por acontecimentos que têm lugar a uma grande distância e vice-versa (1990: 64). A globalização ocorre assim em quatro grandes domínios do social: a expansão do sistema de Estados-nação, o alcance global da economia capitalista, a divisão internacional do trabalho e o sistema global de alianças militares (1990: 55-78). Para Giddens, há claramente uma relação estreita entre o processo de desenvolvimento do Estado moderno e o processo de globalização, uma vez que a afirmação dos Estados-nação depende da generalização de normas de reconhecimento mútuo, nomeadamente no que toca ao respeito pela soberania. Não há Estado sem globalização nem globalização sem Estado.

Associando a globalização à própria modernidade e à constituição do Estado-nação, Giddens distancia-se de autores como Robertson (1997) que consideram que a globalização, enquanto processo e paradigma, não se limita ao passado recente. Robertson entende que a circunstância do Estado-nação se ter globalizado e constituir hoje o quadro administrativo em que vivemos não deve, por si só, assumir-se como o ponto de partida para a tentativa de compreender o fenómeno na sua complexidade e densidade. Por isso, Robertson (1997: 7-9) propõe um percurso histórico-temporal da globalização, que vai desde o século XV até à actualidade.

A *Fase Germinal* deste fenómeno durou, na Europa, desde o princípio do século XV até meados do século XVIII e caracterizou-se pelo desenvolvimento (incipiente) das comunidades nacionais e pelo progressivo desaparecimento do sistema medieval «transnacional». Correspondeu também à afirmação de ideias sobre o indivíduo e sobre a humanidade, à expansão da Igreja Católica, ao desenvolvimento da geografia moderna e à generalização do calendário gregoriano. Entre meados do século XVIII e 1870, teve lugar, essencialmente na Europa, a *Fase Incipiente* da globalização que se caracterizou pela solidificação dos Estados e da ideia de Estado unitário e homogéneo, pelo

aumento significativo de tratados e convenções internacionais e pelo aumento de organizações transnacionais e internacionais (algumas das quais ligadas às comunicações). A *Fase de Levantamento*, entre 1870 e 1920, correspondeu a um período de consolidação das tendências manifestadas anteriormente, de desenvolvimento de conceitos sobre «comportamentos aceitáveis» por parte dos Estados e sociedades, de formalização internacional de ideias sobre a «humanidade», do crescimento acelerado das comunicações «globais» (telégrafo e telefone) e da afirmação de competições globais (ex: Jogos Olímpicos, Prémios Nobel, etc.). A *Fase da Luta pela Hegemonia* compreende o período entre meados do século XX e os finais dos anos 60. Nesta fase, foi fundada a Sociedade das Nações e, posteriormente as Nações Unidas, tendo sido estabelecido o princípio da independência nacional. O Holocausto e a bomba atómica marcaram profundamente estes anos. Por último, Robertson refere a *Fase da Incerteza*, entre o final dos anos 60 e o início dos anos 90, período que ficou marcado pela Guerra Fria e pelo desfecho da bipolaridade em que assentavam as relações internacionais globais. Neste período, houve uma extraordinária expansão das instituições globais e dos movimentos globais (ex: ambientalismo e feminismo) e uma aceleração dramática dos meios de comunicação; as sociedades debateram-se com grandes problemas relacionados com o multi-culturalismo e etnicidade; o «indivíduo» passou a ser entendido de uma forma mais complexa, sendo tomadas em consideração questões como género, etnia, raça, etc; os direitos humanos transformaram-se numa temática verdadeiramente global e todo o sistema internacional tornou-se mais fluído e complexo.

Este esboço histórico-temporal sobre o processo de globalização, apresentado por Robertson (1997), não constituiu efectivamente um quadro de leitura do fenómeno, mas remete-nos para a dimensão empírica e vivencial. A globalização é apreensível nas suas inúmeras manifestações: a internacionalização da propriedade e do capital, a internacionalização da produção, da prestação de serviços e de consumo, do turismo internacional e das migrações, do esbatimento das barreiras culturais, etc. Qualquer que seja o posicionamento dos autores sobre o conceito e/ou sobre a realidade empírica que lhe está subjacente, a globalização - enquanto aproximação do local ao distante e do distante ao local (Giddens, 1990) e enquanto redução/compressão do tempo e do espaço, como lhe chama Harvey (1989) - está inevitavelmente ligada aos meios tecnológicos de comunicação e às mensagens/informações veiculadas.

Ainda que as problemáticas inerentes ao processo de globalização estejam longe de se esgotar no plano das comunicações, a centralidade dos media e da informação neste processo é hoje

reconhecida pela quase generalidade dos cientistas sociais. Associadas ao desenvolvimento das tecnologias da comunicação no final do século XIX e no princípio do século XX (telégrafo, telefone, rádio), as agências noticiosas constituíram, desde o século XIX, a forma mais significativa de integração no sistema mediático internacional. Até ao desenvolvimento da rádio e do cinema, as agências noticiosas *Reuters*, *France Press*, *Associated Press* e *United Press International* dominavam claramente o panorama da informação internacional. Por volta da II Guerra Mundial, *Hollywood* projectava para todo o mundo os seus símbolos e representações, a televisão generalizou-se e os países mais ricos desenvolveram os seus sistemas mundiais de rádio (*Voz da América*, *Serviço Mundial da BBC*, etc.). No entanto, foram os anos 60, com a tecnologia espacial e com satélites, que deram um novo impulso a este processo. O desenvolvimento das multi-nacionais, na sequência do crescimento económico do pós-guerra, levava também a uma necessidade premente de comunicações mais avançadas, em termos de volume e de rapidez de transmissão. A conjugação da ideologia neo-liberal com as novas tecnologias do cabo e do satélite (nomeadamente a sua aplicação à distribuição de conteúdos audiovisual) fez com que os anos 80 tivessem sido também anos de aceleração da mudança: multiplicam-se os meios, aumenta a exportação/importação de produtos informativos e culturais, surgem novos serviços globais de rádio e televisão (ex: CNN, MTV, *BBC World Television*). Na sequência destes processos, com momentos nítidos de aceleração, os sistemas globais de comunicação continuam a intensificar-se e a complexificar-se.

Neste artigo, não entendemos os conceitos de «Sociedade da Informação» e de «globalização» essencialmente como instrumentos de leitura do mundo, mas como condição empírica que necessita de ser teorizada. Independentemente do nosso posicionamento sobre a utilidade/inutilidade dos conceitos como instrumentos analíticos aplicáveis a várias disciplinas das ciências sociais, é ponto de partida desta curta viagem duas ideias subjacentes aos inúmeros discursos sobre a sociedade da informação e sobre a globalização: i) vivemos em *sociedades* nas quais a informação e o conhecimento assumem uma importância crucial e ii) vivemos num *mundo* onde as redes e interconexões são cada vez mais densas e complexas. Para nós, a «Sociedade da Informação» e a «globalização» não constituem, portanto, a explicação, mas a base empírica relativamente consensual que nos serve (apenas) de mínimo denominador comum para reflectir sobre a Informação Internacional.

III O Contributo das Relações Internacionais: Uma Opção Teórica

Considerando, neste texto, a informação internacional numa perspectiva essencialmente **económica** (analisando a produção e distribuição de produtos informativos e culturais) e **política** (analisando as práticas de exercício de poder dos actores envolvidos ao nível da produção e as necessárias condições para a sua circulação), entendemos que o clássico Debate Inter-paradigmático das Relações Internacionais constitui um terreno fértil para a nossa reflexão.

A primeira disciplina de Política Internacional (Relações Internacionais é um conceito desenvolvido no pós-guerra) foi criada em 1919, quando um empresário do país de Gales, David Davies, entendeu que, se existisse uma disciplina universitária que se dedicasse ao estudo dos problemas políticos internacionais, seria possível evitar futuras guerras. Durante 20 anos, as Relações Internacionais ficaram marcadas pela tentativa assumida de criar um mundo melhor. Esta fase *normativa* da disciplina foi acusada de *idealista* e de não se ocupar efectivamente das questões internacionais, mas de pensar o mundo tal como *deveria ser* e não como era na realidade. A principal oposição à perspectiva normativa surgiu por parte de um conjunto de autores que viriam a ser chamados de realistas. O debate entre idealistas e realistas não está esgotado, mas não iremos aqui considerá-lo, até porque vamos centrar a nossa atenção nos principais aspectos do Debate Inter-paradigmático que compreende precisamente i) o Realismo, ii) o Pluralismo ou Interdependência e iii) o Estruturalismo ou Dependência.

Estas (grandes) teorias têm sido representadas (de uma forma obviamente simplista) por três imagens distintas. Para os realistas, o mundo é um sistema tipo «*mesa de bilhar*» onde os Estados estão em colisão intermitente; para os pluralistas, o mundo é uma «*teia de aranha*», uma rede de inúmeras inter-relações e, por último, para os estruturalistas, o mundo é um «*polvo*» com fortes tentáculos a sugar constantemente a riqueza das periferias enfraquecidas (Banks, 1985:12). Nestas representações de mundo, em termos de *actores*, os realistas pensam nos Estados; os pluralistas preocupam-se com os Estados em articulação com um amplo conjunto de outros actores e os estruturalistas pensam nas classes. No que diz respeito a *dinâmicas* internacionais, os realistas vêem o primado da força; os pluralistas, os complexos movimentos e transformações sociais; e os estruturalistas, a economia. Do ponto de vista da preocupação da disciplina de Relações Internacionais, os realistas entendem que esta se deve ocupar com as acções do(s) Estado(s); os pluralistas entendem que deve ter a pretensão de compreender os grandes acontecimentos à escala mundial; e os estruturalistas consideram que deve tentar perceber os contrastes (dramáticos) entre ricos e pobres (Banks, 1985:12-13). Ultrapassado o simplismo gráfico (mas continuando na síntese

das sínteses), podemos afirmar que a perspectiva realista tem sido claramente dominante e que, apesar de ignorar aspectos relevantes da actualidade (nomeadamente no que diz respeito ao processo de globalização), oferece uma poderosa leitura para a condição de permanente luta de poder entre os actores que sempre consideraram fundamentais na cena internacional: os Estados.

Apesar de frequentemente serem destacadas as diferenças entre autores realistas - desde Maquiavel (1532, edição de 1965, e 1988) e Hobbes (1651, edição de 1991) até Carr (1939) e Morgenthau (1948, edição de 1978) – por razões de tempo e de espaço iremos aqui ocupar-nos somente dos aspectos convergentes do paradigma realista. Baylis e Smith (1997: 114-119) consideram que as dimensões comuns a todos os autores são: o Estado, a sobrevivência e a auto-ajuda. Para os realistas, o Estado soberano está intrinsecamente ligado ao uso da força. No seu contexto territorial, soberania significa que o Estado tem autoridade suprema para impor as suas leis. Esta é a base implícita do contrato entre os Estados e os indivíduos: a liberdade é moeda de troca pela garantia de segurança que só o Estado pode oferecer. Estabelecida a segurança, a sociedade civil pode agir. Sem segurança, não há condições para a existência de aspectos secundários da vida social como a arte e a cultura. A principal função do Estado é, portanto, a de *organizar* o poder internamente e de o *acumular* internacionalmente.

O segundo princípio que une os autores realistas é a noção de que o principal objectivo, na política internacional, é a sobrevivência. A tentativa permanente de acumulação de poder e assim garantir a sua sobrevivência é o único fim comum a todos os Estados. Waltz, um dos mais importantes autores neo-realistas, afirma mesmo que, para além da sobrevivência, os objectivos dos Estados variam interminavelmente (1979). Por último, os realistas entendem que os Estados não podem depender de outros ou de estruturas internacionais para garantir a sua própria segurança. Em política internacional, não há amizade, honra ou ética. Na ausência de um sistema de governo global verdadeiramente eficaz, os Estados vivem num mundo de constante incerteza e, por isso, devem zelar em permanência pela sua segurança, confiando prioritariamente em si próprios. Os realistas não ignoram os outros actores internacionais. Estão apenas convictos de que esses outros actores não têm poder efectivo. Se eventualmente o tiverem é porque esse poder lhes foi delegado pelos próprios Estados, numa tentativa de (melhor) afirmar o seu poder no plano internacional.

Depois da II Guerra mundial, o realismo começou a ser atacado por não dar a devida atenção ao crescimento de actores transnacionais, às relações (económicas e sociais) internacionais que se

desenvolviam com grande intensidade e aos processos de integração regional. Nos anos 70, havia já um claro reconhecimento de dois importantes corpos de literatura (inter-dependência e estruturalismo) que ofereciam modelos bem diferenciados de pensar o mundo. Este modelos foram também (e rapidamente) alvo de críticas por parte de uma forte vaga de importantes autores neo-realistas, como Cohen (1974), Tucker (1977), Bull (1984), Gilpin (1984), Krasner (1978, 1983), Waltz (1979) e Mayall (1982). Estes e outros importantes teóricos mantiveram, até hoje, o realismo como o mais forte paradigma teórico das relações Internacionais.

Os pluralistas partem da ideia base de que o mundo é extremamente complexo, composto por inúmeros centros de poder e cada vez mais inter-dependente. Os autores deste paradigma – por exemplo, Burton (1984 e 1985), Jervis (1976), Mitchell (1981), Keohane e Nye (1973 e 1977) e Morse (1976) - vêem os indivíduos como peças fundamentais no processo de contínua construção de grupos, identidades, nações, estados, religiões, organizações, associações, empresas multinacionais, etc. Este modelo reabilita a natureza humana: a guerra e o conflito não são encaradas como a condição natural da humanidade. Burton, um dos mais relevantes autores deste paradigma, afirma que os académicos tradicionais das Relações Internacionais (leia-se realistas) suspeitam de qualquer referência às necessidades humanas e à dimensão psicológica do comportamento: «a integração da dimensão antropológica e psicológica ameaça o seu modelo. Acontecimentos como as derrotas no Vietnam, Irão, Líbano e o impasse soviético no Afeganistão são entendidos como meras anomalias e nunca como prova de que o modelo de poder (*power model*) falhou» (1985: 51). Alternativamente, Burton parte do ser humano e das suas necessidades específicas, especialmente da necessidade de identidade, para explicar os mais importantes acontecimentos na «sociedade-mundo». O poder efectivo não reside, efectivamente, no Estado, mas nos grupos de identidade. Por isso, a separação entre política doméstica e política internacional tem apenas contribuído para a incompreensão da natureza profunda dos conflitos.

Argumentando, por vezes, que a crescente inter-acção de múltiplos sistemas poderá tornar o Estado uma entidade obsoleta, alguns autores pluralistas poderão ir longe demais na ênfase que colocam nas interconexões. Young (in Maghroori e Ramberg, 1982: 17-18) afirma que o crescente nível de interdependência irá levar à emergência de uma comunidade mundial que, por sua vez, dará origem a um «Estado mundial» capaz de gerir essas mesmas interdependências. Apesar de algumas perspectivas que nos parecem desajustadas da realidade, o pluralismo alerta-nos para a crucial importância de fragmentar o Estado enquanto unidade de análise e para a necessidade de integrar

na leitura do mundo disciplinas tradicionalmente fora do âmbito das Relações Internacionais, como a Sociologia, a Antropologia, a Psicologia e até mesmo a Biologia. A relativa sub-representação deste corpo de literatura no contexto das teorias das Relações Internacionais explica-se, de acordo com Banks (1985), pelo facto de não existirem sínteses deste paradigma ao nível das efectuadas por Carr, Morgenthau e Waltz para a(s) teorias(s) realista(s).

Particularmente a partir de final dos anos 60, o realismo sofreu também um forte ataque dos estruturalistas e/ou teóricos da dependência. Este quadro teórico da dependência foi desenvolvido de uma forma extremamente fragmentada (em termos geográficos e de conceitos) e incorpora várias teorias neo-marxistas. Um dos mais significativo representante deste quadro de pensamento é Wallerstein, autor que considera que todos os acontecimentos sociais têm que ser analisados no contexto de um «sistema-mundo» (1974, 1980, 1989 e 1991). Para Wallerstein, como de resto para autores como Frank (1979), Cardoso e Faletto (1979) e Galtung (1971), o Estado não é considerado a unidade de estudo mais relevante no sistema internacional. Wallerstein fala de «sistema» no sentido em que todos os elementos que o compõem estão inter-ligados e todos os desenvolvimentos que aí ocorrem podem ser explicados por factores internos.

As distintas teorias (ou sub-teorias) deste quadro (análise centro-periferia, sistema-mundo e dependência) têm, pelo menos, dois elementos comuns: i) a preocupação com as relações assimétricas entre ricos e pobres; entre centro(s) e a periferia(s) ou entre o primeiro mundo e o terceiro mundo; e ii) uma visão pessimista relativamente à possibilidade de resolução das assimetrias, uma vez que os países em vias de desenvolvimento (melhor, os pobres ou periferias) estão integrados num sistema global que é altamente desfavorável ao seu desenvolvimento económico e cultural. Ainda que utilizem instrumentos teóricos diferenciados, estas perspectivas neo-marxistas consideram que os actores verdadeiramente importantes na esfera internacional são as classes dominantes e os interesses económicos, actores estes que impedem os elementos dominados do sistema de desenvolverem a sua capacidade de intervenção autónoma e independente.

Apresentados os princípios de um debate de longa data, podemos interrogarmo-nos sobre a articulação entre estes paradigmas e o fenómeno da globalização. A noção de globalização aparece frequentemente associada à ideia de inter-dependência. Tem sido mesmo encarada como forma superlativa de internacionalização, transnacionalização ou integração mundial. Os pluralistas vêem a

globalização como o resultado natural de um longo percurso de transformação do sistema mundial. A globalização mina os pressupostos realistas, na medida em que torna evidente que, no mundo de hoje, os Estados já não detêm o papel central que outrora tiveram. Os pluralistas entendem que um conjunto alargado de actores actua agora na esfera internacional e que este processo de crescente inter-conexão muito deve ao desenvolvimento das novas tecnologias da informação e da comunicação.

Não são apenas os teóricos da inter-dependência que têm uma visão sobre o processo de globalização. Os realistas entendem que esse fenómeno não altera as características fundamentais do mundo político, nomeadamente no que toca à divisão territorial em Estados-nações. Reconhecendo, naturalmente, o desenvolvimento das inter-conexões entre sociedades e economias, os realistas consideram que a globalização não torna obsoleta a luta pelo poder entre os Estados. A globalização afecta a vida social, económica e cultural, mas não transcende o sistema política internacional dos Estados.

Os teóricos da dependência consideram que a globalização é apenas o último passo no desenvolvimento do capitalismo internacional. Do ponto de vista empírico, não introduz nenhuma alteração digna de registo e, do ponto de vista teórico, não torna redundante os seus modelos e conceitos. Sendo um fenómeno liderado pelo Ocidente, para além de implicar frequentemente uma redução dos direitos sociais dos trabalhadores nos países desenvolvidos, a globalização continua a promover o alargamento do fosso entre ricos e pobres, centro(s) e periferia(s).

Informados sobre as leituras do mundo apresentadas no contexto do Debate Inter-paradigmático e respectivas visões sobre a globalização, podemos regressar a Robertson (1992, 1995 e 1997) pela pertinência do seu modelo no que diz respeito à (tensa) dinâmica entre nacional e internacional, local e global. Robertson aceita que a *conectividade* global compreende implicitamente a expressão da unicidade, o sentido de que o mundo – pela primeira vez na história da humanidade – se está a transformar num único espaço social e cultural. Globalização é uma força que tende a unificar, a integrar. A unicidade de Robertson (1992: 6) não implica *uniformidade* e muito menos *unidade*. A sua noção de globalização centra-se na ideia de compressão do mundo como lugar único, unicidade essa que funciona meramente como o *contexto* no qual actuam os agentes sociais e no qual se estabelecem as relações sociais. Este conceito de unicidade não passa de um (possivelmente novo) quadro de referência no qual os agentes sociais projectam a sua existência, identidades e acções. A

unicidade global é diferente de unificação, de cultura global e de (com)unidade global. Com esta leitura de um quadro global único, mas não unificado, podemos incorporar as chamadas contra-tendências da globalização (racismo, conflitos étnicos, protecção económico, fundamentalismo religioso, desenvolvimento de grupos sectários, etc.). A força do quadro conceptual de Robertson reside precisamente no facto de integrar um sentido claro de *inclusividade*, deixando, porém, espaço para a análise das complexidades do mundo actual e permitindo a compreensão (simultânea e não exclusiva) dos fenómenos de integração e de diferenciação.

IV A Informação Internacional à luz do debate apresentado

Partindo deste quadro explicativo, torna-se – para nós – claro que o corpo bibliográfico mais representativo no âmbito da informação internacional se inter-relaciona, em profundidade, com o Paradigma da Dependência. A preocupação com as assimetrias e com os fluxos desiguais de informação escrita e audiovisual tem constituído o ponto nevrálgico dos estudos sobre a informação internacional. A partir do final dos anos 60, autores como Schiller (1969), Nordenstreng e Varig (1973, 1974), Mowlana (1985), Dorfman e Mattelard (1975) e Tunstall (1997) marcaram profundamente esta área do conhecimento.

No sentido de compreender um pouco melhor as preocupações destes autores e o contexto no qual desenvolveram as suas investigações, apresentamos sumariamente uma perspectiva histórica da Nova Ordem Internacional da Informação e da Comunicação (NOIIC), articulando-a com os principais elementos do debate Norte-Sul (assimetrias ao nível de fluxos e dependência tecnológica), com as medidas tomadas pela UNESCO no sentido de inverter a situação e com a chamada Tese do Imperialismo Cultural.

A reivindicação de uma NOIIC remonta aos anos 70 e não se tratou (apenas) de uma exigência de académicos, embora as suas preocupações e discursos tivessem sido incorporados na procura de um maior equilíbrio nos fluxos de informação. Esta ideia partiu da UNESCO e do Movimento dos Países Não-Alinhados. Disposto os países do chamado Terceiro Mundo de superioridade numérica dentro da UNESCO, esta sub-organização das Nações Unidas empenhou-se na luta por um fluxo livre e equilibrado da informação internacional. Em plena Guerra Fria, as preocupações da UNESCO começaram a ser entendidas pelo Ocidente (e especialmente pelos Estados Unidos) como uma ameaça ao próprio sistema capitalista, formando-se rapidamente uma coligação anti-NOIIC liderada pelo governo, imprensa e grupos económicos norte-americanos. A coligação anti-NOIIC

argumentava que o verdadeiro objectivo dos países do Terceiro Mundo (quase todos de orientação Marxista) era o de substituir o livre fluxo de informação por uma informação controlada por regimes autoritários. Nos anos 80, o já tenso debate da década anterior endureceu e, descontentes com o rumo dos acontecimentos, os Estados Unidos e o Reino Unido abandonam a UNESCO (v. Roach, 1987, 1990 e 1997).

Para uma adequada compreensão dos argumentos deste debate, seria importante analisar um conjunto de dados produzidos pela (ou com o apoio da) UNESCO (Mowlana, 1985; UNESCO, 1980, UNESCO, 1983) que nos mostram claramente as profundas assimetrias entre os países ricos e os países pobres, entre o(s) centro(s) e a(s) periferia(s), para utilizar a terminologia de Galtung (1971). Valeria a pena estudar as assimetrias ao nível da informação escrita e analisar o papel das grandes agências noticiosas, as «Big Four» (as americanas *Associated Press* e *United Press International*, a francesa *France Press* e britânica *Reuters*) e a soviética *TASS* (agora, *ITAR-TASS*).

Seria também relevante apresentar as assimetrias ao nível dos fluxos audiovisuais, quer ao nível dos programas de televisão, quer ao nível do cinema. Neste plano – partindo dos documentos produzidos pela UNESCO, entre os quais o conhecido Relatório MacBride (UNESCO, 1980) - é possível demonstrar que o fluxo de conteúdos audiovisuais se verifica no sentido Norte-Sul e que o entretenimento constitui precisamente o material predominante desse fluxo. Demonstrados os profundos desequilíbrios, importaria naturalmente questionar o fracasso das medidas levadas a cabo pela UNESCO no sentido de inverter as assimetrias, essencialmente o apoio à criação de agências noticiosas alternativas (*PANA, CANA, LATIN, Interpress*).

Em estreita articulação com o Paradigma da Dependência e com as questões que acabámos de referir, está a Tese do Imperialismo Cultural. Tomlinson (1991), autor que fez uma importante reflexão sobre o assunto, entende que, em rigor, não podemos falar de Imperialismo Cultural como se de um corpo coerente de literatura se tratasse. Tunstall (1977) refere-se à tese do Imperialismo dizendo que esta sustenta que a cultura autêntica, tradicional e local está a ser destruída devido às grandes quantidades de lixo comercial e de produtos mediáticos dos Estados Unidos. No entanto, Tomlinson considera que esta tese não é efectivamente uma tese. Há apenas autores que, vendo as assimetrias de forma bem diferenciada, utilizam o conceito de Imperialismo Cultural de forma também distinta. Tomlinson (1991, 19-30) refere-se apenas às várias formas de falar de Imperialismo Cultural, ou seja, ao Imperialismo Cultural como expressão de 1) domínio cultural; 2) de

imperialismo mediático; 3) de discurso da nacionalidade; 4) de crítica ao capitalismo global e 5) de crítica à modernidade.

Não querendo aqui alongar o processo de desconstrução destes discursos, a obra *Cultural Imperialism* de Tomlinson (1991) constituiu, de facto, um excelente ponto de partida para análise das assimetrias na actualidade. Relacionando a Teoria da Dependência (e os diversos discursos sobre o Imperialismo Cultural) com os mais recentes dados estatísticos produzidos pela UNESCO, OCDE, PNUD, Observatório Europeu do Audiovisual entre outras instituições, verificamos que há legitimidade nas preocupações manifestadas por teóricos como Schiller (o mais destacado e consistente teórico do Imperialismo Cultural). O Relatório Mundial sobre a Comunicação que a UNESCO publicou em 1998 (www.unesco.org/webworld/wiredpt/report.htm) revela uma dependência crescente dos pequenos países em relação aos grandes fornecedores internacionais da informação. Este relatório salienta que as disparidades denunciadas no final dos anos 70 continuam actuais, apesar de ser notório que a dupla dicotomia Norte-Sul e Leste-Oeste estaria a dar lugar a uma subdivisão entre os grandes países com uma forte demografia e os pequenos países, tanto no Norte como no Sul. Este documento reafirma o peso do Norte em termos de fluxos informativos, mas não deixa de referir que alguns países em vias desenvolvimento (ex: México, Brasil, Egípto ou Brasil) se têm afirmado como importantes produtores e difusores de informação à escala mundial.

A emergência de centros produtores de conteúdos alternativos aos tradicionais centros (Los Angeles, Nova Iorque, Londres, Paris) havia já sido analisada por Sinclair *et al.* (1996). Sinclair tem desenvolvido um importante trabalho empírico e teórico (1996, 1994), no sentido de rever a tese do Imperialismo Cultural que ele próprio ajudou a construir. Recorrendo ao conceito de regiões geolinguísticas, procura explicar as razões pelas quais a Austrália, o Canadá a China, a Índia, o México, o Brasil, e o Egípto conseguiram (e conseguem) desafiar os pressupostos do Paradigma da Dependência.

Ainda que o Paradigma da Dependência e a Tese do Imperialismo Cultural descrevam com alguma pertinência aspectos do «sistema mundial», verificam-se sérias dificuldades em termos de compreensão das razões dessas dependências e do impacto negativo (sempre assumido e nunca demonstrada) da homogeneização ou sincronização cultural (Hamelink, 1983). Recorrendo a Garnham (1990), Collins *et al.* (1987) e Locksley (1989), encontramos um conjunto de argumentos de natureza económica para tentar clarificar as razões pelas quais alguns países (Estados Unidos à

frente) têm, efectivamente, vantagens competitivas e encontramos também elementos que ajudam a compreender a reduzida resistência à chamada homogeneização cultural. Estes autores não encaram as relações assimétricas ao nível da produção e distribuição como mera imposição ideológica, mas como consequência da transformação dos produtos culturais em mercadorias.

Garnham, Collins e Locksley estudam as características específicas dos produtos culturais (essencialmente programas televisivos, cinema e vídeo), destacando o carácter imaterial e simbólico destes produtos que faz com que estes não sejam destruídos no acto de consumo. Ao contrário de grande parte dos produtos, podem ser consumidos por milhões de indivíduos, sem que tal afecte a sua essência. Contrariando também a lógica produtiva de grande parte das indústrias, na produção dos produtos audiovisuais (e outros produtos informativos) quase todos os custos são os de produção do primeiro exemplar, isto é, de produção do protótipo. Cada produto é um produto novo e, conseqüentemente, de risco. Os custos de reprodução e distribuição são comparativamente baixos, o que faz com que a apetência para maximizar as audiências e o consumo seja extraordinariamente maior do que na generalidade das outras indústrias. Não iremos aqui desenvolver os argumentos apresentados por estes autores, mas a introdução da dimensão económica tem-se mostrado útil para uma melhor compreensão das razões das desigualdades nos fluxos de comunicação.

Ainda que o Paradigma da Dependência seja claramente aquele que melhor se identifica com o núcleo da produção teórica e empírica sobre a informação internacional, o quadro da interdependência continua a merecer referência. Efectivamente, o Paradigma da Interdependência (ou Pluralismo) parte do princípio de que a realidade é extraordinariamente complexa e que não existe um, mas inúmeros centros de poder. Num mundo cada vez mais integrado, os Estados perdem soberania e relevância. Por isso, os pluralistas dão uma grande atenção às organizações internacionais e à grande diversidade de actores que intervêm na gestão dos problemas globais. Procurando compreender a Informação Internacional à luz deste quadro de pensamento, o objectivo seria então o de apresentar e debater os inúmeros actores internacionais ligados às comunicações, avaliando o seu papel particular e a sua interligação com os restantes actores nacionais, regionais ou mundiais. No sentido de apresentar essa complexidade em poucas palavras, recorreremos apenas a dois quadros de leitura: um, desenvolvido por Denis McQuail e Siune (1986), centrado nos actores europeus que interferem no processo de regulação, produção e consumo dos media; outro, desenhado por Cees Hamelink (1994). Naturalmente, nenhum destes textos mantém actualidade

informativa, mas continuam a ter uma enorme pertinência quanto à apreciação que fazem sobre a importância dos actores e das suas lógicas de actuação.

O trabalho posterior desenvolvido nesta esfera pelo Euromedia Research Group (McQuail e Siune, 1986; Siune e Truetzchler, 1991 e McQuail e Siune, 1998) tem sido consistente, mas continuamos a considerar que o quadro genérico exposto em 1986 responde particularmente bem à análise da pluralidade de actores ligados aos media na Europa. McQuail e Siune (1986) apresentam quatro planos de intervenção desses actores: 1) **todos os níveis**, 2) **nível transnacional**, 3) **nível nacional** e 4) **nível local/regional**.

No primeiro nível, os autores colocam a indústria dos media, entendendo que a indústria de hardware e de software intervém em todos os planos, movida pela lógica do lucro, da expansão permanente dos mercados e da inovação tecnológica. A indústria exerce geralmente pressão junto das organizações internacionais e dos governos nacionais e/ou regionais para que sejam tomadas medidas favoráveis à sua lógica de crescimento. No nível transnacional, são apresentados os seguintes actores: UNESCO, União Europeia (Comunidade Europeia, na altura em que o texto foi redigido), Conselho da Europa, União Europeia de Radiodifusão, Agência Espacial Europeia e União Internacional das Telecomunicações, entre outros. A UNESCO desenvolve uma parte significativa da sua actividade nos países em vias de desenvolvimento, procurando também promover o desenvolvimento social, cultural e artístico no Ocidente. A lógica de intervenção da União Europeia é, pelo contrário, essencialmente económica, com preocupações claras no que diz directamente respeito à criação de emprego e de integração política. O Conselho da Europa e a União Europeia de Radiodifusão intervêm nas áreas da cultura, protecção legal, liberdade de expressão, cooperação profissional, etc. No plano transnacional, existem vários actores que são geralmente considerados técnicos (ainda que poderosos interesses políticos e económicos se joguem aqui): a União Internacional das Telecomunicações (UIT) e a Agência Espacial Europeia (AEE). A UIT, sub-organização das Nações Unidas, gere a atribuição das frequências, apoia o desenvolvimento de novos sistemas de comunicação e procura acordos para a standardização de equipamentos. A AEE foi fundada, nos anos 70, com o objectivo de promover na Europa uma capacidade autónoma para construir e colocar satélites no espaço. A sua lógica de intervenção está relacionada com o desenvolvimento tecnológico. McQuail e Siune apresentam ainda, no plano tecnológico, dois consórcios destinados à gestão de sistemas de satélites: o International Telecommunications Satellite Consortium (INTELSAT) e o European Telecommunications Satellite Consortium

(EUTELSAT). No plano nacional, os autores destacam as lógicas e o poder dos diversos actores que compõem o sistema político nacional, nomeadamente governos, parlamentos, ministérios, comissões inter-departamentais ou inter-ministeriais e partidos políticos. Não fica excluído da análise o papel de instituições como as igrejas pela sua influência ideológica, nem as próprias organizações mediáticas e de comunicação (operadores de telecomunicações, rádios, televisões, jornais, editoras, agências noticiosas, agências de publicidade) e os sindicatos. Todos desenvolvem as suas estratégias no sentido de melhor defender os seus interesses. No plano local, são identificadas as empresas locais e regionais, os sistemas políticos e administrativos locais ou regionais e organizações de base. Geralmente, estão associadas a estes actores a luta pela sua(s) identidade(s), a procura da aceleração da descentralização e do aumento da participação local na gestão nos seus problemas.

Ainda que McQuail e Siune (1986) estejam particularmente preocupados com os actores que têm impacto na contexto da Europa Ocidental, este mapa de leitura pode ser aplicado a outros contextos regionais e pode ser considerado em complementaridade com o trabalho de Hamelink (1994). Se Denis McQuail é frequentemente entendido como um autor pluralista, o mesmo não se passa com Cees Hamelink que, pela sua longa ligação à UNESCO e pelo trabalho desenvolvido no contexto das assimetrias (v. 1983) e fluxos de informação (v. 1984), está identificado com o quadro de pensamento da dependência. Apesar disso, o seu livro *The Politics of World Communication* (1994) responde, na nossa opinião, às preocupações tipicamente demonstradas pelos autores da interdependência. Tal não significa que as questões relacionadas com a (desigual) distribuição dos recursos e com os direitos humanos não estejam presentes nesta obra. Aliás, no prefácio (1994:vii), Hamelink explica que o ponto de partida do seu trabalho consiste precisamente na constatação de que, na arena política, as pessoas comuns não contam. Tendo estas preocupações de base, Hamelink não deixa, no entanto, de desenvolver um trabalho pluralista de grande envergadura, apresentando com rigor e profundidade os principais actores (*major players*) na comunicação mundial.

Não podemos aqui fazer sequer uma breve apresentação destes actores, mas aqui iremos nomeá-los para que se tornem mais claras as diferenças entre este trabalho e o de McQuail e Siune (1986). Assim, os actores que têm uma maior predominância neste estudo são (1994: xii-xiii): **Assembleia Geral das Nações Unidas** (Comissão para o Uso Pacífico do Espaço, Comissão para a Informação Pública, Comissão das Nações Unidas para a Lei Internacional do Comércio, Conselho Económico e

Social, Comissão para os Direitos Humanos, Comissão para as Corporações Transnacionais); **Agências das Nações Unidas directamente envolvidas na comunicação** (UNESCO, Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, União Internacional das Telecomunicações, União Internacional dos Correios, Organização Mundial de Direitos de Autor); **Agências das Nações Unidas indirectamente envolvidas na comunicação** (Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento, Gabinete Internacional do Trabalho, Organização Internacional Marítima, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Organização para a Alimentação e Agricultura, Organização Mundial da Saúde, Organizações Inter-governamentais não relacionadas com as Nações Unidas, GATT, agora Organização Mundial do Comércio, OCDE, Conferência Europeia sobre Segurança e Cooperação, Conselho da Europa, INTELSAT, Consórcio Internacional de Satélites, INMARSAT, Organização Internacional Marítima de Satélites); **Organizações Internacionais Não-governamentais** (Organização Internacional de Standartização, Comissão Internacional Electrotécnica); **Organizações de Negócios** (Câmara Internacional do Comércio, Associação Internacional de Editores, Federação Internacional de Produtores de Fonogramas e de Vidogramas, Associação Internacional de Consumidores de Telecomunicações); **Organizações Profissionais** (Federação Internacional de Jornalistas; Organização Internacional de Jornalistas, Federação Internacional de Editores, Instituto Internacional de Imprensa, Associação Internacional de Imprensa Católica, Federação Internacional de Editores de Periódicos, Comissão Mundial para a Liberdade de Imprensa, Comissão para a Protecção dos Jornalistas, Associação Internacional de Publicitários, Associação Internacional de Relações Públicas); **Organizações Públicas e Académicas** (Associação Internacional para a Investigação dos Media e da Comunicação e Associação Mundial da Comunicação Cristã).

Depois de apresentados os actores que Hamelink e McQuail & Siune referem, importaria fazer uma análise comparativa entre estas duas perspectivas (uma regional e outra mundial) e examinar alguns actores não apontados, mas que nos parecem de grande importância, tais como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional que têm tido um papel crucial nos processos de liberalização e de privatização das comunicações na América Latina, África e Ásia.

Estas perspectivas pluralistas têm efectivamente a vantagem de nos alertarem para o grande número de actores envolvidos nos processos de desenvolvimento da informação e das comunicações e de nos sugerirem que os actores apresentados funcionam como grupos de pressão, como entidades que procuram defender os seus interesses. Não sendo fácil teorizar sobre a sua

acção conjunta, tal é a diversidade de interesses representados, podemos, no entanto, referir (recorrendo a um argumento realista) que estes actores internacionais são frequentemente utilizados como instrumento de política externa dos Estados, servem para modificar o comportamento dos mais fracos e para legitimar a acção. Todavia, o seu papel não se circunscreve a isso. Actuam também por direito próprio, com uma lógica autónoma, resultante da opinião qualificada dos especialistas que congregam.

Há, ainda, um conjunto de actores que consideramos cruciais nesta arena e que não são, na nossa opinião, devidamente considerados nestes quadros. Entendemos que os grupos multimédia (com as suas estreitas ligações às telecomunicações e à informática) constituem hoje peças fundamentais deste xadrez. Estamos a falar da *AOL/Time-Warner*, *Disney*, *News Corporation*, *Viacom*, *Bertelsman*, mas não ignoramos também a *Vivendi Universal*, *Sony*, *Polygram*, *NBC*, *Reuters*, *Havas*, *BBC*, *Hachette*, *Globo*, *Televisa*, *Prisa*, etc (v. inter alia, Herman e McChesney, 1997; Sánchez e Taberner, 1993).

As sinergias desenvolvidas dentro destes grupos e a extraordinária dimensão de alguns que ultrapassa largamente o orçamento de Estados não podem deixar de ser equacionada. No momento da fusão com a *American On Line*, a *Time-Warner* tinha um volume de negócios de 2.843 mil milhões de contos (*Público*, 11 de Janeiro de 2000: 35 Economia). A *Time-Warner* controla dezenas de revistas (ex: *Time* e *People*), a *CNN* para além de outros canais globais, estúdios de cinema e televisão, vários parques de entretenimento, arquivos e sistemas de distribuição por cabo. O grupo *News Corporation* (frequentemente identificado com Rupert Murdoch) tem mais de 130 jornais, 25 revistas, dezenas de estações televisivas norte-americanas, serviços de satélites, o centro de produção Twentieth Century Fox, editoras de livros, entre muitas outras empresas.

Ainda que o Realismo e o Neo-realismo constituam o Paradigma dominante das Teorias das Relações Internacionais, este é o quadro teórico que menos tem sido desenvolvido na tentativa de compreender a Informação Internacional. Apesar disso, ou independentemente disso, pensamos ser fundamental trazer o Estado para o centro do debate internacional e consideramos que deve ser dada a devida atenção à visão neo-realista segundo a qual, apesar das múltiplas interdependências, as características essenciais do Estado se mantêm. Mayall afirma mesmo que o mundo é um mundo de Estados que co-existem hoje numa maior intimidade (1982:4). De facto, o que tentamos demonstrar no quadro da inter-dependência pode fazer-nos remeter o Estado para

segundo plano. No entanto, este continua, na nossa opinião, a desempenhar um papel fundamental nas comunicações, tanto interna como externamente. Grande parte dos operadores de comunicação depende ainda dos mercados nacionais e dos quadros reguladores desenvolvidos no âmbito nacional. Os próprios processos de internacionalização dos chamados operadores globais (ex: BT e AT&T) e dos grupos multimédia (ex: *Disney* e *News Corporation*) têm frequentemente, por detrás, a «mão» dos Estados. Mesmo em esferas de actividade que são necessariamente internacionais, como a standardização, a definição de tarifas, a abertura de mercados, etc, verificamos que os Estados que mais têm a ganhar com determinados resultados apostam fortemente na qualidade (e quantidade) das delegações que negociam nas organizações internacionais. No audiovisual, a generalidade dos Estados tem ainda um grande poder na definição das políticas domésticas para o sector e que alguns países (Estados Unidos, Austrália, Canadá, Reino Unido, Irlanda, França, etc.) se empenham fortemente na internacionalização das suas indústrias de conteúdos. Apesar da inquestionável intensificação das redes e actores internacionais, não parece ser útil desvalorizar os princípios realistas. Portanto, vale a pena repensar, neste âmbito, o papel do Estado, tomando em consideração as instituições que o compõem e as funções que desempenha.

Nota Conclusiva

A Informação Internacional não é, como vimos, um sub-campo de fácil definição nem uma disciplina de opções simples em termos de conteúdos. Neste artigo, fizemos uma tentativa no sentido de clarificar algumas linhas de fronteira; considerámos alguns pressupostos dessa elaboração e apresentámos o Debate Inter-paradigmático das Relações Internacionais como terreno fértil para uma reflexão sobre a Informação Internacional nos nossos dias. Considerando a complexidade dos fenómenos comunicacionais e a velocidade da mudança, qualquer tentativa simplista de pensar este sub-campo está condenada ao fracasso.

Independentemente de outras opções teóricas, entendemos - neste artigo - fazer uma incursão pelas Relações Internacionais, procurando demonstrar a potencial relevância deste corpo de literatura e gostaríamos de concluir esta curta viagem afirmando a nossa convicção de que uma disciplina se constrói com opções (teóricas e factuais) e não com verdade(s). Não foi nosso propósito, nem poderia ser, dizer ao leitor o que é hoje a Informação Internacional. Apenas nos limitamos a escolher autores que nos parecem úteis e a seleccionar factos, dados e elementos dos quais extraímos determinado(s) sentido(s). Apresentámos apenas uma proposta de reflexão, numa tentativa (impossível) de definir fronteiras numa área de saber que insiste em desconhecê-las.

Bibliografia

- Banks, Michael (1985) «The Inter-Paradigm Debate» in Margot Light e A J.R. Groom *International Relations, A Handbook of Current Theory*, Londres, Frances Pinter.
- Baylis, John e Smith, Steve (coord.) (1997), *The Globalization of World Politics – An Introduction to International Relations*, Oxford, Oxford University Press.
- Bell, Daniel (1976), *The Coming of Post-Industrial Society: A Venture in Social Forecasting*, Harmondsworth, Penguin, Peregrine Books.
- Booth, Ken e Steve Smith (coord.) (1995) *International Relations Theory Today*, Pennsylvania, The Pennsylvania State University Press.
- Borgman, Christine (2000), *From Gutenberg to the Global Information Infrastructure, Access to Information in the Networked World*, Londres, MIT Press.
- Boyd-Barrett, Oliver e T. Rantanen (1998), *The Globalization of News*, Londres, Sage.
- Boyd-Barrett, Oliver e Daya K. Thussu (1992), *Contra-flow in Global News*, Academic Research Monograph 8, UNESCO.
- Bull, H. N. (coord.) (1984), *Intervention in World Politics*, Oxford e Nova Iorque, Oxford University Press.
- Burton, J. W. (1972), *World Society*, Londres e Nova Iorque, Cambridge University Press.
- Burton, J. W. (1984), *Global Conflict: The Domestic Sources of International Crisis*, Brighton, University of Maryland.
- Burton, J. W. (1985), «World Society and Human Needs» in Margot Light e A J.R. Groom, *International Relations, A Handbook of Current Theory*, Londres, Frances Pinter
- Bustamante, Enrique (1999), *La Televisión Económica, Financiación, estrategias y mercados*, Barcelona, Gedisa.
- Cardoso, Fernando Henriques e E. Faletto (1979), *Dependency and Development in Latin America*, Berkeley, University of California Press.
- Carr, E.H. (1939), *The Twenty Years' Crisis 1919-1939: An Introduction to the Study of International Relations*, Londres, Macmillan.
- Castells, Manuel (1999), *A Sociedade em Rede, A Era da Informação, Sociedade e Cultura*, Volume I, São Paulo, Paz e Terra.
- Chomsky, N. (1991), *Media Control*, Westfield, Open Media (Open Magazine Pamphlet Series).
- Cohen, B.J. (1974), *The Question of Imperialism: The Political Economy of Dominance and Dependence*, Londres, Macmillan.
- Collins, Richard et al. (1987), *The Economics of Television, The UK Case*, Londres, Sage.
- Collins, Richard (1994), *Broadcasting and Audio-visual Policy in the European Single Market*, Londres, John Libbey.

- Comissão das Comunidades Europeias (1983), *Interim Report, Realities and Tendencies in European television: Perspectives and Options*, (COM (83) 229 final) 25.05.83, Bruxelas.
- Comissão das Comunidades Europeias (1984), *Television Without Frontiers: Green Paper on the Establishment of the Common Market for Broadcasting Especially by Satellite and Cable*, (COM (84) 300 final), Office for Official Publications of the European Communities, Luxemburgo.
- Comissão das Comunidades Europeias (1987), *Green Paper on the Development of the Common Market for Telecommunications Services and Equipment*, (Com (87) 290 final), 30 June 1987, Bruxelas, CEC.
- Dordick, Herbert S. e Georgette Wang (1993), *The Information Society, A Retrospective View*, Newbury Park, Sage.
- Dorfman, A. e A. Mattelart (1975), *Para Ler o Pato Donald*, Lisboa, Iniciativas Editoriais.
- Downing, J. (1997), *Internationalizing Media Theory*, Londres, Sage.
- Featherstone, Mike (Coord.) (1990), *Global Culture – Nationalism, Globalization and Modernity*, Londres, Sage.
- Featherstone, Mike e Scott Lash (1998), *Spaces of Culture – City – Nation – World*, Londres, Sage.
- Featherstone, Mike, Scott Lash e Roland Robertson (coord.) (1995), *Global Modernities*, Londres, Sage.
- Fernández, Fernando Quiróz (1998), *Estructura Internacional de la Información*, Madrid, Editorial Síntesis.
- Flournoy, Don e Robert Stewart (1997), *CNN: Making News in the Global Market*, Luton, University of Luton Press.
- Frank, A. J. (1979), *Dependent Accumulation and underdevelopment*, Nova Iorque, Monthly Review Press.
- Frederick, Howard H. (1993), *Global Communication & International Relations*, Harbourn Brace College Publishers, USA.
- Galtung, J. (1971), «A Structural Theory of Imperialism» in *Journal of Peace Research*, nº 8 (1).
- Garnham, Nicholas (1990), *Capitalism and Communication: Global Culture and the Economics of Information*, Londres, Sage.
- Garnham, Nicholas (2000), «La Theorie de la Société de l'Information en tant qu'Ideologie» in *Reseaux*, nº101.
- Giddens, Anthony (1987), *The Nation-State and Violence*, Berkeley, University of California Press.
- Giddens, Anthony (1988), *Modernity and Self-Identity: Self and Society in the Late Modern Age*, Stanford, Stanford University Press.
- Giddens, Anthony (1990), *The Consequences of Modernity*, Cambridge, Polity Press.
- Giddens, Anthony (1991), *Modernity and Self-Identity: Self and society in the late modern age*, Cambridge, Polity Press.
- Giddens, Anthony (1999), *O Mundo na Era da Globalização*, Lisboa, Presença.

- Gilpin, R. (1984), *War and Change in World Politics*, Cambridge e Nova Iorque, Cambridge University Press.
- Golding, P. e P. Harris (1997), *Beyond Cultural Imperialism*, Londres, Sage.
- Groom, A. J. R. e Margot Light (coord.) (1994), *Contemporary International Relations: A Guide to Theory*, Londres e Nova Iorque, Pinter.
- Habermas, Jürgen (1989), *The Structural Transformation of the Public Sphere: An Inquiry into a Category of Bourgeois Society* (1962), Cambridge, Polity.
- Hall, Stuart (1997), *Representation: Cultural Representations and Signifying Practices*, Londres, Sage.
- Hamelink, Cees (1983), *Cultural Autonomy in Global Communications*, Nova Iorque, Longman.
- Hamelink, Cees (1984), *Transnational Data Flows in the Information Age*, Lund, Studentlitteratur.
- Hamelink, Cees (1994), *The Politics of World Communication*, London, Sage.
- Harvey, David (1989), *The Condition of Postmodernity*, Oxford, Basil Blackwell.
- Herman, E. e R. McChesney (1997), *The Global Media, The New Missionaries of Corporate Capitalism*, Londres e Washington, Cassell.
- Hobbes, T. (1991), *Leviathan*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Jervis, R. (1976), *Perception and Misperception in International Politics*, Princeton NJ e Guilford, Princeton University Press.
- Karen Siune e Wolfgang Truetzschler (coord.) (1991), *Dynamics of Media Politics*, Londres, Sage.
- Keohane, R.O e J.S. Nye (1977), *Power and Interdependence: World Politics in Transition*, Boston, Little Brown.
- Keohane, R.O e J.S. Nye (coord.) (1973), *Transnational Relations and World Politics*, Cambridge MA e Londres, Harvard University Press.
- Krasner, Stephen D. (1978) *Defending the National Interest: Raw Materials Investment and US Foreign Policy*, Princeton, Princeton University Press.
- Krasner, Stephen D. (coord.) (1983), *International Regimes*, Ithaca e Londres, Cornell University Press.
- Light, Margot e A. J.R. Groom (1985), *International Relations, A Handbook of Current Theory*, Londres, Frances Pinter.
- Lindberg, Leon (1963), *The Political Dynamics of European Economic Integration*, Londres, Oxford University Press.
- Little, R. e M. Smith (coord.) (1991), *Perspectives on World Politics*, Londres e Nova Iorque, Routledge.
- Locksley, Gareth (1988), *TV Broadcasting in Europe and the New Technologies*, Bruxelas, CEC.
- Locksley, Gareth (1989), «TV Business in Europe, The Big Picture» in Novell-Smith (coord.) *The European Experience*, Londres, BFI.
- MacBride, Sean et al. (1980), *Voix Multiples, un Seul Monde*, Paris, UNESCO.

- Macquiavelli, N. (1965), *The Art of War*, Nova Iorque, Da Capo Press.
- Macquiavelli, N. (1988), *The Prince*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Maghoori, Ray e Benett Ramberg (coord.) (1982), *Globalism Versus Realism: International Relations' Third Debate*, Boulder, Westview Press.
- Mattelard, Armand (1979a) in A Mattelard et al. (coord.), *Communication and Class Stuggle*, Volume One, Nova Iorque, International General.
- Mattelard, Armand (1979b), *Multinational Corporations and the Control of Culture*, Brighton, Harvester Press.
- Mattelard, Armand (1991), *A Comunicação-Mundo. História das Ideias e das Estratégias*, Lisboa, Instituto Piaget.
- Mattelard, Armand (1994), *A Invenção da Comunicação*, Lisboa, Instituto Piaget.
- Mattelard, Armand (1996), *A Mundialização da Comunicação*, Instituto Piaget, Lisboa.
- Mattelart, Armand (2000), «Vers une Globalisation?» In *Reseaux*, nº100.
- Mattelart, Armand (2000), *História da Utopia Planetária*, Lisboa, Editora Bizâncio
- Mayall, James (1982), *The Community of States*, Londres, George Allen & Unwin.
- Mayall, James (1990), *Nationalism and International Society*, Cambridge, Cambridge University Press.
- McQuail, Denis e Karen Siune (coord.) (1986), *New Media Politics*, London, Sage.
- McQuail, Denis e Karen Siune (coord.) (1998), *Media Policy, Convergence, Concentration & Commerce*, Londres, Sage.
- Memers, David (1999), *Global Media: Menace or Messiah*, New Jersey, Hampton Press.
- Mitchell, C.R. (1981) *The Structure of International Conflict*, Londres, MacMillan.
- Mohammadi, Ali (coord.) (1997), *International Communication and Globalization*, Londres, Sage.
- Morgenthau, H. J. (1978), *Politics Among Nations: The Struggle for Power and Peace*, Nova Iorque, Knopf.
- Morse, E.L. (1976), *Modernization and the Transformation of International Relations*, Nova Iorque, free Press.
- Mowlana, Hamid (1996), *Global Communication in Transition*, Thousand Oaks, Sage.
- Mowlana, Hamid (1997), *Global Information and World Communication*, Londres, Sage.
- Mowlana, Hamid (coord.) (1985), *International Flow of News*, Paris, UNESCO.
- Musa, Mohammed (1990), «News agencies, transnationalization and the new order» in *Media, Culture and Society*, Vol.12 (1990).
- Nordenstreng, Kaarle e Herbert Schiller (1979), *National Sovereignty and International Communication*, Ablex, Norwood NJ.

- Nordenstreng, Kaarle e Tapio Varis (1973), «The Nonhomogeneity of the Nation State and the International Flow of Communication» in G. Gerbner, L. Gross e W. Melody (coord.), *Communications Technology and Social Policy*, Nova Iorque, Wiley.
- Nordenstreng, Kaarle e Tapio Varis (1974), *Television Traffic – A One Way Street?*, Paris, UNESCO.
- Nordenstreng, Kaarle et al. (coord.) (1999), *Towards Equity in Global Communications: MacBride Update*, Hampton Press.
- Nordlinger, Eric (1981), *On the Autonomy of the Democratic State*, Cambridge, Cambridge University Press.
- PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2001), *Relatório de Desenvolvimento Humano 2001, Novas tecnologias e Desenvolvimento Humano*, Lisboa, Trinova.
- Roach, C. (1987), «The U.S. Position on the New World Information and Communication Order» in *Journal of Communication* 37 (4) Autumn.
- Roach, C. (1990), «The movement for a New World Information and Communication Order: a second wave?» in *Media, Culture and Society*, Vol.12.
- Roach, C. (1997), «Cultural Imperialism and Resistance in Media Theory and Literary Theory» in *Media, Culture and Society*, Vol.19.
- Robertson, Roland (1992), *Globalization: Social Theory and Global Culture*, Londres, Sage.
- Robertson, Roland (1995), «Globalization: Time-Space and Homogeneity-Heterogeneity» in Mike Featherstone, Scott Lash e Roland Robertson (coord.) *Global Modernities*, Londres, Sage.
- Robertson, Roland (1997), «Mapping the Global Condition» in Annabelle Sreberny-Mohammadi et al. *Media in Global Context, A Reader*, Londres, Arnold.
- Sánchez-Taberner (1993), *Media Concentration in Europe, Commercial Enterprise and the Public Interest*, Dusseldorf, The European Institute for the Media.
- Schiller, Dan (2000), *Digital Capitalism, Networking the Global Market System*, Cambridge, Massachusetts, MIT Press.
- Schiller, Herbert (1969), *Mass Communication and American Empire*, Nova Iorque, Augustus M. Kelly.
- Schiller, Herbert (1976), *Communication and Culture Domination*, Nova Iorque, International Arts and Science Press.
- Schiller, Herbert (1979), «Transnational Media and National Development» in K. Nordenstrang e H. Schiller (coord.), *National Sovereignty and International Communication*, Nova Jersey, Ablex.
- Schiller, Herbert (1985), «Electronic Information Flows: New Basis for Global Domination?» In P. Drummond e R. Patterson (coord.) *Television in Transition: Papers from the First International Television Studies Conference*, Londres, British Film Institute.
- Schiller, Herbert (1989), *Culture, Inc.: The Corporate Takeover of Public Expression*, Nova Iorque, Oxford University Press.
- Schiller, Herbert (1996), *Information Inequality, The Deepening Social Crisis in America*, Nova Iorque e Londres, Routledge.

- Schneider, Cynthia e Brian Wallis (1998), *Global Television*, Nova Iorque, Wedge Press.
- Schramm, Wilbur (1997), *The Beginnings of Communications Study in América, A Personal Memoir*, Thousand Oaks, Londres e Nova Deli, Sage.
- Scott, Alan (coord.) (1997), *The Limits of Globalization, Cases and Arguments*, Londres e Nova Iorque, Routledge.
- Sinclair, John (1994), *Culture and Trade: Some Theoretical and Practical Considerations on "Cultural Industries"*, comunicação apresentada na XIX Conferência Científica da *International Association for Mass Communication Research*, Seul, 3-8 de Julho de 1994.
- Sinclair, John et al. (coord.) (1996), *New Patterns in Global Television, Peripheral Vision*, Oxford, Oxford University Press.
- Sreberny-Mohammadi, Annabelle et al. (1997), *Media in Global Context*, Londres, Arnold.
- Taylor, Philip (1997), *Global Communications, International Affairs and the Media since 1945*, Londres, Routledge.
- Tehrani, Majid (1999), *Global Communication and World Politics, Domination, Development and Discourse*, Boulder, Lynne Rienner.
- Tomlinson, John (1991), *Cultural Imperialism*, Londres, Pinter Publishers.
- Tomlinson, John (1994), «A Phenomenology of Globalization? Giddens on Global Modernity» in *European Journal of Communication*, Vol. 9.
- Tomlinson, John (1999), *Globalization and Culture*, Chicago, The University of Chicago Press.
- Traber e Kaarle Nordenstreng (1992), *Few Voices, Many Worlds: Towards a Media Reform Movement*, World Association for Christian Communication.
- Tucker, R. W. (1977), *The Inequality of Nations*, Nova Iorque, Basic Books.
- Tunstall, Jeremy (1977), *The Media are American*, Londres, Constable.
- UNESCO (1980), *Voix Multiples, un Seul Monde*, Paris, UNESCO.
- UNESCO (1983), *International Flow of Television Programs*, Paris, UNESCO.
- UNESCO (sem data), *International Flow of Information: A Global Report and Analysis*, Reports and Papers on Mass Communication, nº99, UNESCO.
- Viotti, Paul R. e Mark V. Kauppi (1993), *International Relations Theory, Realism, Pluralism and Globalism*, Nova Iorque, MacMillan.
- Wallerstein, Immanuel (1974), *The Modern World System, I, Capitalist Agriculture and the Origins of the European World-Economy in the Sixteenth Century*, San Diego, Academic Press.
- Wallerstein, Immanuel (1980), *The Modern World System, II, Mercantilism and the Consolidation of the European World-Economy*, San Diego, Academic Press.
- Wallerstein, Immanuel (1989), *The Modern World System, III, The Second Era of Great Expansion of the Capitalist World-Economy*, San Diego, Academic Press

Wallerstein, Immanuel (1991), *Unthinking Social Sciences: The Limits of the Nineteenth-Century Paradigms*, Cambridge, Polity Press.

Waltz, Kenneth N. (1979), *Theory of International Politics*, Reading e Londres, Addison-Wesley.

Waters, Malcom (1999), *Globalização*, Oeiras, Celta Editora.

Webster, Frank (1995), *Theories of the Information Society*, Londres e Nova Iorque, Routledge.